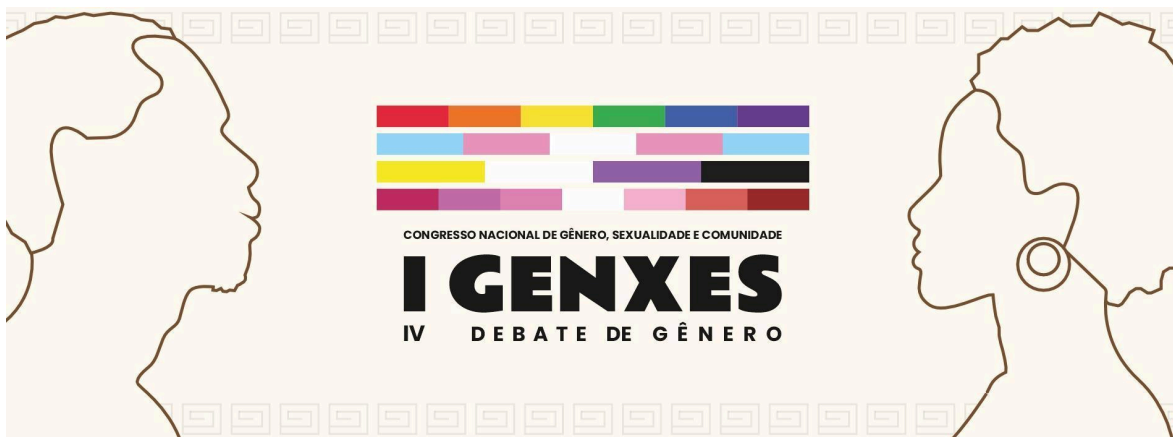




VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SAÚDE MENTAL: A INTERSECCIONALIDADE ENTRE RAÇA, CLASSE E IDENTIDADE DE GÊNERO.

Eixo Comunitário 3: Gênero, Sexualidade e Saúde Coletiva

José Ricardo de Sousa Santana¹
Universidade Regional do Cariri - URCA
E-mail: rickie.santana@urca.br

RESUMO: Esta pesquisa surgiu no cotidiano das discussões sobre a temática de Gênero e Diversidade numa disciplina do programa de pós-graduação do Mestrado Profissional da Universidade Regional do Cariri - URCA, refletindo sobre a relação entre violência de gênero e saúde mental, considerando a interseccionalidade entre raça, classe e identidade de gênero. O objetivo principal é compreender como diferentes marcadores sociais impactam a vivência da violência e suas consequências psicológicas para pessoas em uma experiência transexual, especialmente aquelas em contextos de vulnerabilidade social. A pesquisa fundamenta-se em teóricos como Kimberlé Crenshaw, Marie-Christine Josso e Delory-Momberger, bell hooks articulando interseccionalidade e narrativas autobiográficas, de modo que a metodologia escolhida é o estado da questão ou estado da arte (EQ - EA) buscando articular bibliografias e periódicos além de documentos institucionais e produções acadêmicas que dissertam sobre saúde mental e políticas públicas. Resultados parciais indicam que a interseccionalidade intensifica os efeitos da violência de gênero, agravando transtornos psicológicos e limitando o acesso a serviços de saúde mental. A conclusão preliminar aponta a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e de abordagens interseccionais na assistência psicológica.

Palavras-chave: Violência de gênero; Saúde mental; Interseccionalidade; Narrativas autobiográficas; Identidade de gênero.

INTRODUÇÃO

A violência de gênero é uma questão estrutural que infelizmente afeta diferentes grupos sociais de formas diversas. Objetivamos analisar essa questão através da ferramenta analítica da interseccionalidade, por compreender a inseparabilidade dos conceitos

¹ Rickie de Sousa Santana Nome Civil: José Ricardo de Sousa Santana. Docente do departamento de Educação Universidade Regional do Cariri - (URCA). Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO); Psicóloga, Mestre em Educação pela Universidade Regional do Cariri - (URCA). e-mail: rickie.santana@urca.br, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.



identidade de gênero, raça e classe social, que se cruzam para intensificar as desigualdades e agravar os impactos dessa violência. Como aponta bell hooks (2019), a opressão de gênero não pode ser compreendida de forma isolada, pois está intrinsecamente ligada a outros marcadores sociais, como raça e classe. Mulheres negras, pessoas transgêneras e populações periféricas enfrentam desafios ainda maiores, não apenas no que diz respeito à violência física e simbólica, mas também em relação às consequências na saúde mental, como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático, mas também pelos impactos na saúde mental decorrentes da exclusão social, do preconceito e da desigualdade estrutural.

Além dos efeitos psicológicos supramencionados decorrentes da violência de gênero há um risco aumentado de suicídio, especialmente quando associados a experiências de rejeição familiar, falta de acesso a serviços de saúde mental e exclusão do mercado de trabalho. Autoras como Patricia Hill Collins (2019) destacam que a marginalização de grupos racializados e de gênero dissidente ocorre em um contexto de desigualdades estruturais historicamente construídas, que perpetuam a negação de direitos básicos e o aprofundamento da vulnerabilidade social. Além das agressões diretas, a exclusão social, o preconceito, existem dificuldades no mercado de trabalho e barreiras institucionais que tornam a busca por apoio ainda mais desafiadora. O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), nos ajuda a entender como essas opressões se entrelaçam, produzindo formas específicas de vulnerabilidade. Dessa forma, políticas públicas e estratégias de enfrentamento precisam ser pensadas de maneira inclusiva e eficaz para atender a essas realidades de forma mais justa.

Neste trabalho, buscamos refletir sobre a violência de gênero sob essa perspectiva, problematizando seus efeitos na saúde mental de grupos historicamente marginalizados. A pesquisa dialoga com estudos feministas (hooks, 2019; Collins, 2019), decoloniais (Lugones, 2014; Walsh, 2018) e da psicologia da saúde coletiva e social (Spivak, 2010), buscando contribuir para um olhar mais humanizado e comprometido com a justiça social.



METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na interseccionalidade como eixo central de análise. Para compreender as relações entre violência de gênero, saúde mental e os marcadores sociais de raça, classe e identidade de gênero, utiliza-se a metodologia escolhida é o estado da questão ou estado da arte (EQ - EA), baseia-se na análise de fontes documentais e registros autobiográficos já publicados. Assim, foram coletados e examinados documentos institucionais, como relatórios de organismos internacionais (ONU, OMS, CIDH), levantamentos nacionais (IBGE, IPEA) e políticas públicas voltadas à população transgêneras, além de publicações acadêmicas sobre o tema. Paralelamente, foram analisadas narrativas autobiográficas de pessoas transgêneras, extraídas de livros, artigos acadêmicos, documentários e entrevistas públicas, a fim de identificar padrões e recorrências nas experiências relatadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conceito analítico de interseccionalidade tem sido amplamente discutido em círculos acadêmicos, mas surgiu muito antes nas militâncias do Black Feminism. Nesta pesquisa, considera-se a construção do conceito além de seu uso esvaziado ou banalizado, compreendendo sua unidade indissociável entre gênero, raça e classe. A primeira menção do termo é atribuída à jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989), que o nomeou formalmente, permitindo que a interseccionalidade ganhasse espaço nos debates acadêmicos, inclusive no Brasil.

Para contextualizar os feminismos negros, opta-se por reconhecer intelectuais negras invisibilizadas que refletem sobre a história afrodescendente. Patricia Hill Collins (2012) aborda a diáspora forçada e suas implicações, enquanto Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) analisam a realidade do povo negro no Brasil. O entendimento crítico da transição do regime escravocrata para as formas contemporâneas de desigualdade estrutural é essencial para compreender como as violências persistem. Angela Davis (2016) destaca que os feminismos negros denunciam a exploração econômica e a opressão social,



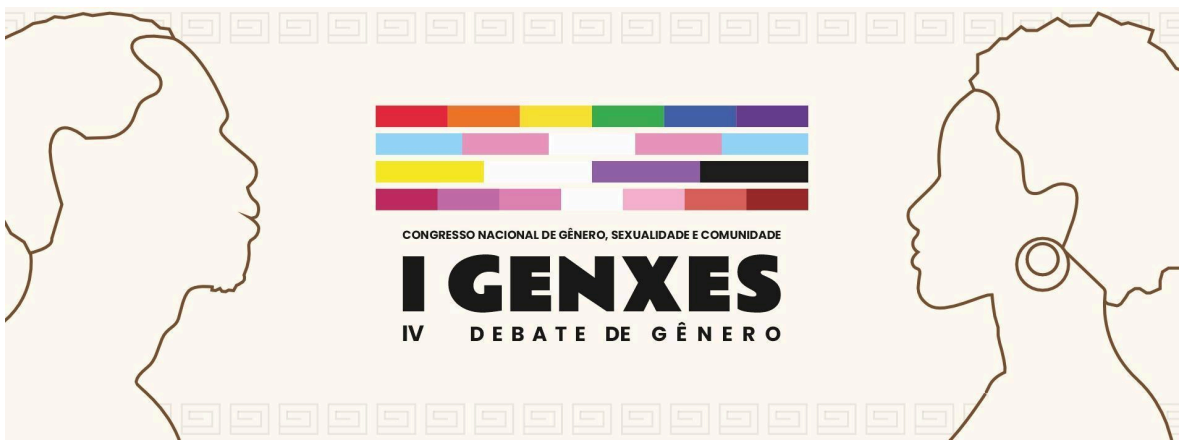
como evidenciado no discurso de Sojourner Truth (1851), que questiona os estereótipos impostos às mulheres negras.

A historiografia tradicional negligencia as violências de gênero sofridas por mulheridades negras e pessoas transgêneras, tornando urgente a reflexão sobre as estruturas de opressão. Bell hooks (1982) aponta que as mulheres negras escravizadas eram submetidas a um duplo terror: exploração laboral exaustiva e violência sexual sistemática. Nesse sentido, Gayatri Spivak (2018) questiona se a mulher subalterna pode falar, expondo como a violência epistêmica silencia determinadas vozes e mantém estruturas de dominação.

Djamila Ribeiro (2017) debate a noção de lugar de fala, destacando como privilégios estruturais conferem visibilidade a certos grupos enquanto marginalizam outros. Grada Kilomba (2019) amplia essa reflexão ao discutir o poder da mulher branca sobre mulheres e homens negros, revelando as dinâmicas entre raça, gênero e dominação.

Michel Foucault (2016) e Achille Mbembe (2018) aprofundam a análise sobre o biopoder e a necropolítica, evidenciando como o poder soberano define “quem pode viver e quem deve morrer”. No Brasil, a violência de gênero atinge de maneira brutal mulheridades negras e pessoas transgêneras, perpetuando um contexto de desigualdade racial e social. O racismo estrutural e a crescente precarização das vidas negras demonstram que a democracia racial é uma falácia, como apontado por Gomes (2011) e Mbembe (2018).

A interseccionalidade, enquanto ferramenta analítica, considera raça, classe, gênero, orientação sexual, etnia e outros marcadores como categorias indissociáveis. Maria Lugones (2010) expõe como a colonialidade define a humanidade a partir de um padrão eurocêntrico, burguês, cristão e heterossexual, marginalizando corpos que não se enquadram nesse ideal. O pensamento decolonial busca superar o epistemicídio imposto às intelectualidades negras, indígenas e dissidentes de gênero, promovendo uma renovação crítica na América Latina (Ballestrin, 2013).



Assim, refletir sobre interseccionalidade implica reconhecer que as desigualdades estruturais não são meras reproduções do passado, mas dispositivos contemporâneos de dominação que precisam ser enfrentados coletivamente.

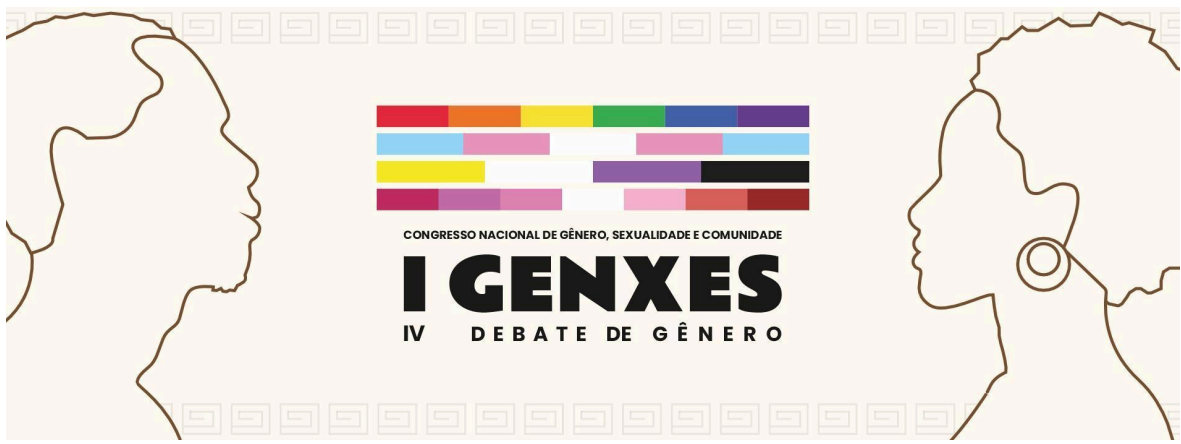
A partir da análise temática das narrativas autobiográficas, emergiram padrões recorrentes nas experiências relatadas, como a rejeição familiar, a marginalização no mercado de trabalho e a falta de acesso a tratamentos adequados. Essas vivências estão em consonância com os dados dos relatórios institucionais, que apontam que pessoas trans* enfrentam barreiras significativas para a obtenção de suporte psicológico e psiquiátrico, muitas vezes sendo submetidas as práticas patologizantes ou negadas em atendimentos especializados.

Os resultados reforçam as reflexões de Kimberlé Crenshaw sobre a interseccionalidade, demonstrando que as opressões de gênero, raça e classe se entrelaçam e intensificam a vulnerabilidade social dessas pessoas. Além disso, os achados dialogam com as discussões de bell hooks, que apontam a necessidade de abordagens interseccionais na formulação de políticas públicas que garantam assistência psicológica adequada. A aplicação da análise temática das narrativas autobiográficas em cenas, conforme proposto por Delory-Momberger, possibilitou uma leitura aprofundada das experiências individuais, demonstrando como os relatos singulares refletem processos sociais mais amplos.

Dessa forma, os resultados evidenciam que a violência de gênero, somada à exclusão socioeconômica e ao racismo estrutural, impacta diretamente o bem-estar psicológico das pessoas transgêneras, destacando a urgência de medidas que garantam a equidade no acesso à saúde mental.

CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu compreender como a interseccionalidade entre gênero, raça e classe influencia a vivência da violência e suas consequências na saúde mental de pessoas em uma experiência transexual. Os relatos autobiográficos analisados demonstram que a



marginalização estrutural restringe o acesso a serviços de saúde mental, agravando transtornos psicológicos e perpetuando ciclos de exclusão.

A análise dos documentos institucionais reforça essa perspectiva, indicando que, apesar dos avanços nas políticas públicas, ainda há uma lacuna na implementação de abordagens interseccionais que contemplem as especificidades da população transgêneras. Os dados apontam para a necessidade de uma reformulação no atendimento em saúde mental, garantindo acesso humanizado e não patologizante.

REFERÊNCIAS

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil. Relatórios anuais de 2018 a 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>

BRASIL. Ministério da Saúde. Cartilha sobre Saúde Integral da População Transgênero. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Violência contra pessoas LGBTI na América Latina e no Caribe. Washington: OEA, 2015. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/>

COLLINS, Patricia Hill. “Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro”. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). *Feminismos negros: una antología* Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. p. 99-134.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionality* Cambridge: Polity Press, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. *The University of Chicago Legal Forum*, n. 140, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. “Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color”. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, Boitempo, 2016 (1981).

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. Porto Alegre: Artmed, 2010.



CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

ONU. Relatório sobre os Direitos Humanos de Pessoas LGBT. Genebra: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 2015.